



**ARQUIVO NACIONAL**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E GESTÃO**  
**2003-2010**

**Rio de Janeiro**  
**Setembro de 2010**

## **I – Apresentação**

Este relatório apresenta um balanço sintético das atividades e realizações do Arquivo Nacional dos anos de 2003 a 2010. Ao final estão anexados os relatórios-síntese do órgão dos exercícios de 2003 a 2009, enviados, anualmente, à Casa Civil no início de cada exercício financeiro para compor o relatório geral da Presidência da República.

O presente relatório subsidiará o relatório geral da Casa Civil da Presidência da República a ser disponibilizado para a equipe de transição do governo eleito.

## **II – Estrutura regimental**

### **1. Competência**

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA da administração pública federal, diretamente subordinado à Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

O decreto n. 88.771, de 27 de setembro de 1983, inclui o Arquivo Nacional no regime de autonomia limitada de que trata o decreto n. 86.212, de 15 de julho de 1981.

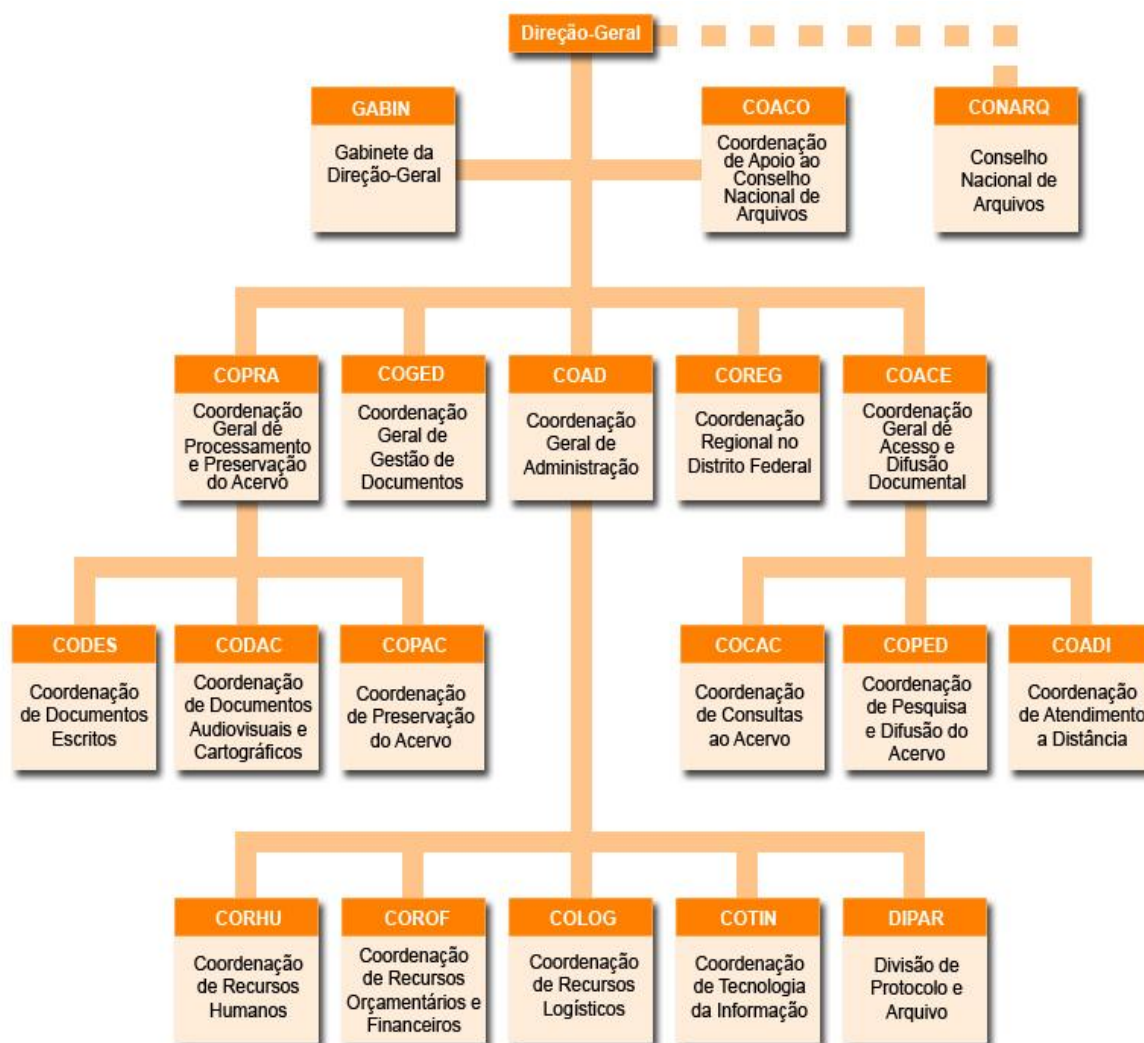
### **2. Estrutura organizacional**

A instituição é sediada na cidade do Rio de Janeiro desde sua criação pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838, e está localizada na Praça da República, n. 173. Possui uma Coordenação Regional no Distrito Federal, instalada em Brasília a partir de 1975, situada no SIG-Q6, lote 800, anexo ao prédio sede da Imprensa Nacional.

Possui **um** DAS101.5 da Direção-Geral; **cinco** DAS101.4 das coordenações-gerais; **onze** DAS101.3 das coordenações; **um** DAS101.2 de uma chefia de divisão; **um** DAS102.3 no nível de assessor; **dois** DAS102.2 e **seis** DAS102.1 no nível de assistente.

O regimento em vigor foi baixado pela portaria n. 42, de 8 de novembro de 2002, do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República. Há uma proposta de novo regimento já aprovada pela Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – SAG e pela Secretaria para Assuntos Jurídicos – SAJ da Casa Civil, mas ainda não aprovada pela ministra.

### 3. Organograma obedecendo à estrutura aprovada em lei



#### 4. Conselhos

A partir da Lei de Arquivos, de 1991, é criado o **Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ**, instalado em 1994 como órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, com a finalidade de definir a política nacional de arquivos públicos e privados do país e integrar ações por meio do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

Em razão das funções normativas atribuídas ao conselho, no que se refere tanto aos arquivos públicos quanto aos privados, sua representatividade está assegurada não apenas na esfera governamental, mas também entre diversos segmentos da sociedade civil. Presidido pelo diretor-geral do Arquivo Nacional, o CONARQ constitui-se de 17 membros conselheiros, representantes do Poder Executivo federal, do Poder Judiciário federal, do Poder Legislativo federal, do Arquivo Nacional, das universidades mantenedoras de cursos de arquivologia, dos arquivos públicos estaduais e municipais, de associações de arquivistas e de instituições que atuam nas áreas de ensino, pesquisa, preservação e/ou acesso a fontes documentais. O CONARQ teve sua regulamentação consolidada pelo Capítulo I do decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, e o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR pelo Capítulo II do mesmo decreto.

4

---

O CONARQ tem sido responsável pela sanção presidencial e aprovação de um conjunto importante de decretos e resoluções regulando matérias arquivísticas, entre outros, aqueles sobre microfilmagem, classificação e acesso a documentos sigilosos, gestão de documentos tradicionais e digitais, preservação de acervos, normalização da descrição e terminologia arquivística.

Para melhor funcionamento do CONARQ e maior agilidade na operacionalização do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, foram criadas, para atuação permanente, câmaras técnicas e câmaras setoriais, e, para atuação temporária, comissões especiais e grupos de trabalho, que contam com a colaboração de renomados especialistas a quem compete elaborar estudos e normas necessários à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e às atividades do SINAR.

Ao Arquivo Nacional, sede do CONARQ, cabe dar suporte técnico e administrativo a este conselho.

## **5. Estrutura descentralizada**

Não se aplica à instituição.

## **6. Participação em colegiados**

- 6.1 A Direção-Geral do Arquivo Nacional preside as sessões plenárias do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que se reúne duas vezes ao ano para realização de quatro sessões.
- 6.2 A Direção-Geral do Arquivo Nacional exerce hoje a primeira vice-presidência no Comitê Diretivo da Associação Latinoamericana de Arquivos – ALA, órgão regional do Conselho Internacional de Arquivos – CIA. A entidade se reúne pelo menos uma vez por ano.
- 6.3 A Direção-Geral do Arquivo Nacional integra o Comitê Intergovernamental do Programa ADAI, criado pela Cimeira Iberoamericana de Chefes de Estado, que se reúne uma vez ao ano, no primeiro trimestre, para análise e aprovação de projetos de organização e preservação de arquivos inscritos na convocatória do ano anterior. A participação se dá obrigatoriamente pelo titular no exercício do cargo para que se discutam e aprovem, de acordo com o montante de recursos por país, os projetos provenientes do Brasil.
- 6.4 O Arquivo Nacional, por meio da Direção-Geral ou de um servidor previamente designado, tem assento entre as instituições permanentes no Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo – MOW, da UNESCO, que se reúne duas vezes ao ano com patrocínio do Ministério da Cultura.
- 6.5 O CONARQ, por meio de representante indicado por seu presidente, tem assento entre as instituições permanentes no Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo – MOW, da UNESCO, que se reúne duas vezes ao ano com patrocínio do Ministério da Cultura.
- 6.6 O CONARQ, por meio de representantes indicados por seu presidente, tem assento, como membro titular e suplente, no Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ do Estado do Rio de Janeiro.
- 6.7 O CONARQ, por meio de seu presidente, tem assento, como membro titular, no Conselho Municipal de Arquivos do Rio de Janeiro, que ainda não foi instalado.
- 6.8 O Arquivo Nacional, como membro de categoria A, participa das assembleias-gerais Anuais do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, com sede em Paris.

6.9 O Arquivo Nacional, como membro de categoria A, participa das assembleias anuais da Federação Internacional de Arquivos de Filme – FIAF.

6.10 No Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, há a participação de um servidor do Arquivo Nacional no grupo de normas de descrição arquivística e de uma servidora no grupo de trabalho encarregado da elaboração de uma norma internacional sobre acesso a documentos arquivísticos.

6.11 No Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo – MOW, da UNESCO, há a participação de um servidor do Arquivo Nacional nas reuniões do comitê, que se reúne uma vez ao ano em um dos países membros.

6.12 No Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil: 1964-1985 – Memórias Reveladas há uma vaga para representante do Arquivo Nacional, além de a presidência do conselho ser exercida pela Direção-Geral do AN.

### III – Recursos humanos em 2010

**1. Síntese organizacional:** órgão da administração direta em nível departamental, diretamente subordinado à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

**2. Quantitativo de cargos:** 63

**3. Quantitativo de servidores:** 503

**4. Quadro consolidado de servidores por carreira**

CARGO	EMPREGO	QUANTIDADE
476001	Arquiteto	3
476009	Engenheiro florestal	2
476018	Estatístico	2
480002	Administrador	11
480006	Analista de acompanhamento de projetos	3
480007	Analista de classificação de empreendimentos	1
480013	Analista de documentação	1
480031	Analista econômico	1
480041	Analista sist. socioeconômico	1
480043	Antropólogo	1

CARGO	EMPREGO	QUANTIDADE
480047	Arquivista	52
480057	Assistente de pesquisa	1
480061	Assistente social	1
480067	Bibliotecário	17
480087	Contador	4
480106	Engenheiro	1
480120	Especialista de nível superior	30
480121	Especialista em educação	1
480151	Médico	2
480178	Pesquisador	1
480202	Promotor de eventos	2
480203	Psicólogo	2
480228	Nutricionista	1
480238	Técnico de nível superior	3
480245	Técnico em assuntos educacionais	11
480246	Técnico em comunicação social	9
480259	Técnico especializado	4
480262	Técnico em marketing e propaganda	2
480273	Técnico em assuntos culturais	26
481004	Agente administrativo	122
481005	Agente analista documental	3
481017	Agente de cinematografia e microfilmagem	1
481026	Agente de portaria	16
481035	Agente de vigilância	1
481047	Analista de processo liberações	1
481053	Artífice de artes gráficas	3
481054	Artífice de carpintaria marcenaria	1
481072	Assistente administrativo	3
481103	Auxiliar administrativo	2
481104	Auxiliar de administração	1
481105	Auxiliar de apoio operacional	1
481110	Auxiliar de enfermagem	1
481120	Auxiliar de recreação	1
481131	Auxiliar em assuntos culturais	2
481163	Contínuo	1
481175	Datilógrafo	15
481203	Especialista de nível médio	62
481261	Motorista	1
481262	Motorista oficial	2
481270	Operador de áudio	2
481287	Operador gerador caracteres	1
481315	Secretário	2
481331	Técnico de arquivo	24

CARGO	EMPREGO	QUANTIDADE
481341	Técnico de nível médio	24
481368	Técnico em marketing propaganda	1
481383	Técnico especializado	2
482022	Artífice de eletricidade	1
482023	Artífice de estruturas e obras de metalurgia	1
482025	Artífice de mecânica	1
482036	Auxiliar de apoio operacional	1
482077	Auxiliar operacional especializado	1
482079	Auxiliar operacional de serviços diversos	3

## 5. Força de trabalho contratada/terceirizada em 2010

QUADRO TERCEIRIZADO								
FINALIDADE	LIMPEZA E VIGILÂNCIA		APOIO ADMINISTRATIVO (manutenção de ar-condicionado e de engenharia, brigadistas, copeiragem, recepcionistas etc.)		ATIVIDADES DE ÁREA-FIM		ESTAGIÁRIOS	
	QTD.	CUSTO	QTD.	CUSTO	QTD.	CUSTO	QTD.	CUSTO
2007	88	2.176.724,45	118	1.854.265,33	Não há		45	93.785,21
<b>2008</b>	78	1.886.133,65	104	1.857.589,19	Não há		24	120.591,30
<b>2009</b>	96	2.100.657,38	105	2.079.037,15	Não há		45	70.404,73
<b>2010</b> (até 31/7/2010)	96	1.043.450,22	105	889.980,73	Não há		45	123.897,81

## 6. Força de trabalho contratada temporariamente em 2010

Não há.



## 7. Folha de pagamento

FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE		
AGOSTO / 2010		
CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	RUBRICA	VALOR
3.3190.01.00	Aposentadorias e reformas	264.431,69
3.3190.03.00	Pensionistas	66.879,20
3.3190.11.00	Vencimentos / vantagens fixas	3.051.903,43
3.3190.16.00	Outras despesas variáveis	2.744,99
3.3190.91.00	Sentenças judiciais	4.850,78
3.3390.03.00	Outros benefícios assistenciais	3.171,50
3.3390.36.00	Outros serviços de terceiros – estagiários	17.157,87
3.3390.46.00	Indenização auxílio-alimentação	152.304,00
3.3390.49.00	Auxílio-transporte	53.815,66
3.3390.93.00	Ressarcimento assistência a saúde	18.135,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.635.394,12</b>

## IV – Orçamento e finanças

### 1. Execução orçamentária e financeira – 2007-2010

GD	LOA+CRED	EMPENHADO	LIQUIDADO	RP Ñ PROC.	RP PROC.
<b>2007</b>					
1	30.924.200,00	29.923.357,98	29.923.357,98		1.058.168,13
3	10.641.107,00	10.067.372,93	10.064.306,31	1.187.532,49	
4	2.843.902,00	1.695.733,64	1.695.733,64	36.918,00	
	<b>44.409.209,00</b>	<b>41.686.464,55</b>	<b>41.683.397,93</b>	<b>1.224.450,49</b>	<b>1.058.168,13</b>
<b>2008</b>					
1	35.189.854,00	34.641.058,56	34.641.058,56		0,00
3	12.741.364,00	11.911.569,93	11.908.068,36	1.108.471,02	223,20
4	793.524,00	786.622,49	786.622,49	1.478.586,74	0,00
	<b>48.724.742,00</b>	<b>47.339.250,98</b>	<b>47.335.749,41</b>	<b>2.587.057,76</b>	<b>223,20</b>

GD	LOA+CRED	EMPENHADO	LIQUIDADADO	RP Ñ PROC.	RP PROC.
<b>2009</b>					
1	44.319.079,00	42.683.579,08	42.683.579,08	0,00	0,00
3	13.284.298,00	12.202.998,34	12.202.998,34	1.908.646,88	0,00
4	782.100,00	567.699,62	567.699,62	204.193,94	0,00
	<b>58.385.477,00</b>	<b>55.454.277,04</b>	<b>55.454.277,04</b>	<b>2.112.840,82</b>	<b>0,00</b>
<b>2010</b>					
1	41.880.600,00	25.055.038,50	25.055.038,50	0,00	0,00
3	15.171.399,00	10.260.156,34	6.743.941,01	0,00	0,00
4	3.504.092,00	56.572,42	56.572,42	0,00	0,00
	<b>60.556.091,00</b>	<b>35.371.767,26</b>	<b>31.855.551,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 2. Evolução de grandes despesas – liquidadas

DESCRIÇÃO DA DESPESA	2007	2008	2009	31.7.2010
Fornecimento de energia elétrica	1.667.220,73	1.821.000,00	2.201.667,55	1.096.249,05
Serviço de limpeza e conservação	1.025.635,42	720.407,39	785.812,98	390.091,98
Vigilância ostensiva	1.151.089,03	1.165.726,26	1.314.844,40	653.358,24
Movimentação de acervo	341.635,50	376.158,39	377.573,59	210.682,07
Água e esgoto	162.658,97	193.500,00	211.369,79	122.206,77
Gás natural	106.393,59	246.884,43	294.977,02	140.984,28
Telefonia	216.998,08	251.348,62	239.089,23	72.093,47
Serviços postais	62.432,17	78.429,69	98.689,04	42.628,38
Diárias e passagens	126.366,74	313.642,59	294.803,62	167.549,62
Serviços de engenharia	859.143,93	2.307.443,92	1.867.150,56	777.825,28
Serviços de TI	564.770,96	400.375,65	487.430,90	298.442,02
Copeiragem	121.166,39	104.866,76	150.944,76	81.546,08
Brigada de incêndio	133.931,53	148.022,02	170.885,96	141.195,14
<b>Total</b>	<b>6.539.443,04</b>	<b>8.127.805,72</b>	<b>8.495.239,40</b>	<b>4.194.852,38</b>

### 3. Proposta orçamentária para 2011

GRUPO DE DESPESA	PLOA 2011
1 – Pessoal e encargos sociais	43.932.991
3 – Outras despesas correntes	18.450.118
4 – Investimentos	2.647.777

#### V – Ação governamental

##### 1. Prioridades propostas para 2011

1.1 Fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos da Administração Pública Federal – SIGA, com a absorção de todas as competências relativas às atividades de protocolo e arquivos da administração pública federal. Está em curso a revisão do decreto n. 1.094, de 23 de março de 1994, dispondo sobre o Sistema de Serviços Gerais – SISG, com vistas a revogar os dispositivos sobre comunicações administrativas e documentação, passando-os para o âmbito do SIGA.

1.1.1 Revisão da portaria n. 5, de 19 de dezembro de 2002, da SLTI/MPOG, dispondo sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo nos órgãos e entidades da administração pública federal, e sua complementação pela portaria n. 12, de 23 de novembro de 2009;

1.1.2 Revisão da portaria n. 3, de 16 de maio de 2003, da SLTI/MPOG, que dispõe sobre os procedimentos relativos às atividades de comunicações administrativas para utilização do número único de processos e documentos.

As novas portarias normativas deverão ser baixadas no âmbito do SIGA pela ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, com base no art. 11 do decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que cria o sistema.

1.2 Criação de um Plano de Cargos e Salários para o Arquivo Nacional com vistas à harmonização das tabelas remuneratórias do quadro de servidores, reduzindo-se as discrepâncias entre as remunerações de servidores mais antigos e aquelas dos que ingressaram por concurso público em maio de 2006, em razão da percepção de gratificações temporárias diferenciadas. As propostas já estão em estado avançado de estudos na Secretaria de Recursos Humanos – SRH do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- 1.3 Complementação do programa de modernização da infraestrutura da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, iniciado este ano com as ações mais emergenciais, a serem continuadas no próximo exercício, acrescidas do projeto já existente de ampliação da área de guarda de acervos, para atender a crescente demanda dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, notadamente os de Brasília.
- 1.4 Implementação, se aprovado junto ao BNDES, do Projeto de Modernização do Arquivo Nacional – Fase II, em vias de encaminhamento para análise em busca de investimentos a fundo perdido, na linha de apoio à modernização de instituições âncoras de âmbito nacional. O objetivo é dotar o edifício principal de guarda de documentos, no Rio de Janeiro, dos requisitos de segurança e extinção de sinistros (projeto integrado de segurança) e acelerar a implementação do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – ANDigital, para guarda e preservação, de longa duração, dos espólios informacionais digitais produzidos no âmbito do e-GOV do Brasil.
- 1.5 Implementação de ações com os órgãos setoriais e seccionais do SIGA, em articulação com a Controladoria-Geral da União – CGU, para avaliação dos impactos da aplicação, nos serviços arquivísticos da administração pública federal, do projeto de lei da Câmara n. 41, de 2010, sobre acesso à informação pública, ora em análise no Senado Federal.

## **2. Resultados do período 2003-2010**

**2003** – A criação do **Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal – SIGA**, pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, representa um marco para a implantação do programa de gestão de documentos no âmbito do Poder Executivo federal, facilitando a ação do Arquivo Nacional nesta área com a identificação dos responsáveis pelos órgãos setoriais do referido sistema.

Início das ações de adequação interna dos blocos P, A, B e C, que integram o Conjunto Arquitetônico Tombado do Arquivo Nacional, com recursos do projeto 914BRA5000 da UNESCO.

**2004** – Criação do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, consolidando as informações do acervo da instituição em módulos multiníveis que seguem as normas internacionais de descrição.

Ocupação, em setembro, dos blocos P, A, B e C pelas áreas técnicas da instituição, após a conclusão de sua adequação física e equipagem.

**2005** – Um marco na história documental brasileira contemporânea foi a entrada, no Arquivo Nacional, em cumprimento ao disposto no decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005, dos fundos documentais dos extintos **Serviço Nacional de Informações – SNI**, com aproximadamente 220 mil microfichas (de consulta e de preservação), 330 rolos de microfilmes, 14 dispositivos, 60 caixas-arquivo e pastas suspensas e 81,29 metros lineares de documentos textuais, referentes ao período de 1964 a 1990; **Comissão Geral de Investigações – CGI** (948 caixas-arquivo), atingindo um total de 263,64 metros lineares, relativos ao período de 1968 a 1979; e **Conselho de Segurança Nacional – CSN** (288 caixas-arquivo, 22 caixotes de papelão e pastas suspensas), num total de 89,79 metros lineares, relativos ao período de 1964 a 1980, até então custodiados pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

13

---

**2006** – No campo da política nacional de arquivos, merece destaque a aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, de duas normas essenciais para o tratamento da informação arquivística e para a gestão, preservação e acesso aos documentos digitais do governo brasileiro. Em julho deste ano foi aprovada a **Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE**, que, ao criar um padrão para descrição de acervos arquivísticos históricos, viabiliza o intercâmbio de dados e informações via *web*. Em dezembro, aprovou-se a norma **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil**, que tem por objetivo orientar a implantação da gestão arquivística de documentos e fornecer especificações técnicas e funcionais, além de metadados, para orientar a aquisição e/ou especificação e desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gestão arquivística de documentos.

Para o Programa de Modernização do Arquivo Nacional – Fase II teve grande importância a ampliação de seu quadro de servidores por meio de **concurso público**, com a nomeação de 102 profissionais de nível superior e 80 técnicos de nível intermediário, para oferecer à instituição as condições necessárias à realização de

seus diversos projetos e aumentar a eficácia no atendimento das demandas do Estado e dos cidadãos.

**2007** – Na ação Gestão e Administração daquele programa, a Coordenação-Geral de Administração – COAD realizou atividades que contribuíram de forma significativa para o cumprimento da missão institucional. Para atender às demandas da instituição e à implantação do projeto **Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)**, modernizaram-se, por meio de pregões eletrônicos, as unidades de tecnologia da informação e os laboratórios de microfilmagem e digitalização de documentos.

Lançamento do portal que substituiu o antigo sítio *web* do Arquivo Nacional. Entre as vantagens do portal, ressaltamos a criação da seção *Consultas ao acervo*, que oferece acesso integrado às bases de dados e sítios institucionais do Arquivo Nacional, como o Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

**2008** – Com o intuito de buscar a inter-relação de informações dos acervos de interesse para os estudos sobre o regime militar no Brasil, foi desenvolvido o sistema informatizado do Banco de Dados Memórias Reveladas, tendo como base a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, em perfeita sintonia com os padrões internacionais, que viabilizou a criação da **Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas** do centro, com a adesão e assinatura de termos de parceria com 21 instituições e entidades, e o treinamento de seus técnicos para alimentação *on-line* de dados e informações dos acervos sob sua custódia.

**2009** – Na área de projetos especiais interinstitucionais, cabe destacar o **Memórias Reveladas**, centro de referência criado em 13 de maio de 2009 pela portaria n. 204, da ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Na mesma oportunidade foi lançado o Edital de Chamamento Público de Acervos 001/2009, com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da doação e entrega de acervos referentes ao período do regime militar. Este centro tem por objetivo geral tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. A institucionalização do Centro de Referência completou-se em agosto daquele ano, com a instalação do Conselho Consultivo e da Comissão de Altos Estudos do **Memórias Reveladas**, que aprovou o seu regimento e a criação do **Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas**, com o objetivo de estimular a produção de

conhecimento sobre o período do regime militar no Brasil. Para o atendimento gratuito ao cidadão que tenha informações sobre desaparecidos políticos ou sobre acervos de interesse para o Centro de Referência, foi instalado o número gratuito 0800-701-2441. A campanha em busca de novos acervos, empreendida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR, foi muito bem sucedida, tendo ampliado o número de acessos ao portal do projeto Memórias Reveladas ([www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br)).

**2010** – Realização do seminário “Arquivos da ditadura e a democracia: a questão do acesso”, com o objetivo de debater e padronizar os procedimentos de acesso à documentação do regime militar.

Criação do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais do Arquivo Nacional.

Prorrogação da vigência do projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro (Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE e Casa Civil da Presidência da República) e a UNESCO, projeto 914BRA5000 de implementação do programa de modernização do Arquivo Nacional.

15

---

Aprovação na 58ª Sessão Plenária do CONARQ de minuta de decreto para acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos de inteligência e informação, especificamente aqueles relacionados ao período do regime militar no Brasil, no âmbito dos Estados da Federação, a ser enviado aos atuais governadores e, posteriormente, aos eleitos, estimulando a sua edição para serem integrados à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas.

Aprovação na 58ª Sessão Plenária do CONARQ de minuta de projeto de lei que dispõe sobre a avaliação e destinação de autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário, a ser encaminhado ao presidente do Conselho Nacional de Justiça para os devidos trâmites junto ao Congresso Nacional.

### **3. Avanços nos marcos institucionais e regulatórios entre 2003 e 2010**

#### 3.1. Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

a) Resolução n. 16, de 24 de junho de 2003

Dispõe sobre as diretrizes a serem adotadas para criação do Boletim Interno do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

b) Resolução n. 17, de 25 de julho de 2003

Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

c) Resolução n. 18, de 28 de julho de 2003

Dispõe sobre os arquivos públicos que integram o acervo das agências reguladoras, das empresas em processo de desestatização, das empresas desestatizadas, das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, e das pessoas jurídicas de direito privado. [Revogada pela resolução n. 19, de 28 de outubro de 2003]

d) Resolução n. 19, de 28 de outubro de 2003

Dispõe sobre os documentos públicos que integram o acervo das empresas em processo de desestatização e das pessoas jurídicas de direito privado sucessoras de empresas públicas.

e) Resolução n. 20, de 16 de julho de 2004

Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

f) Resolução n. 21, de 4 de agosto de 2004

Dispõe sobre o uso da subclasse 080 – Pessoal Militar do “Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio” e da “Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública”, aprovados pela resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.



g) Resolução n. 22, de 30 de junho de 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde.

h) Resolução n. 23, de 16 de junho de 2006

Dispõe sobre a adoção do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

i) Resolução n. 24, de 3 de agosto de 2006

Estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas.

j) Resolução n. 25, de 27 de abril de 2007

Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

k) Resolução n. 26, de 6 de maio de 2008

Estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário.

17

---

l) Resolução n. 27, de 16 de junho de 2008

Dispõe sobre o dever do poder público, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de criar e manter arquivos públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, guarda e preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas.

m) Resolução n. 28, de 17 de fevereiro de 2009

Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ.

n) Resolução n. 29, de 29 de maio de 2009.

Dá nova redação ao art. 2º e ao inciso I da resolução n. 27, de 16 de junho de 2008.

o) Resolução n. 30, de 23 de dezembro de 2009

Altera a resolução n. 26, de 6 de maio de 2008, que estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário.

p) Resolução n. 31, de 28 de abril de 2010

Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

q) Resolução n. 32, de 17 de maio de 2010

Dispõe sobre a inserção dos Metadados na Parte II do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil.

### 3.2. Normas técnicas

a) elaboração, publicação e divulgação da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital (2004)

b) elaboração, publicação e divulgação do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005);

c) elaboração, publicação e divulgação da *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* – NOBRADE (2006);

d) tradução, ampliação com exemplos brasileiros, publicação e divulgação das normas internacionais de descrição do Conselho Internacional de Arquivos – CIA: Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF (2008) e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH (2009).

## 4. Ações executadas com a participação de organismos internacionais

### 4.1. Auxílio a projetos arquivísticos pelo **Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos – ADAI**

O programa ADAI foi aprovado na Cimeira Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo realizada na cidade do Porto, em Portugal, em outubro de 1998, e ratificado em Havana, Cuba, em novembro de 1999. Participam dele os países ibero-americanos que o financiam, e é composto por um Comitê Intergovernamental, um Comitê Executivo e uma Unidade Técnica ADAI.

Esta ação viabiliza a participação do Arquivo Nacional no fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos. O pagamento da cota anual pelo AN permite a esta instituição e a outros arquivos do Brasil receberem apoio financeiro para projetos de preservação, conservação, restauração, acesso e divulgação de arquivos. O diretor-geral do Arquivo Nacional é o responsável pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos – ADAI no Brasil.

**2003** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de USD 10 mil paga pelo Arquivo Nacional, investiu-se em sete projetos de instituições nacionais.

**2004** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de USD 10 mil paga pelo Arquivo Nacional, foi investido um total de USD 63 mil em seis projetos nacionais. O projeto do AN destinava-se ao tratamento do fundo documental Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

**2005** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

Extraordinariamente, nesse ano, houve duas reuniões do Comitê Intergovernamental do programa ADAI (em março e junho). A partir de uma contrapartida de € 8.334,00 paga pelo Arquivo Nacional, foram investidos € 44.200,00 em 13 projetos de instituições nacionais. Os projetos do AN foram destinados à “Organização dos documentos das séries de cinema e televisão do Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP” e ao “Tratamento técnico de acervos fotográficos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e de Santiago Dantas”.

**2006** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de € 8.500,00 paga pelo Arquivo Nacional, foram investidos € 44.454,69 em seis projetos de instituições arquivísticas nacionais.

**2007** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de € 8.500,00 paga pelo Arquivo Nacional, foram investidos € 33.025,49 em seis projetos de instituições nacionais. Deste montante, € 13.024,49 foram para o projeto do AN destinado à “Indexação e difusão de fundos do acervo do Arquivo Nacional: as independências na América colonial e a repressão política no Brasil dos anos 1964-1985”.

**2008** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de € 8.500,00 paga pelo Arquivo Nacional, foram investidos € 55.850,00 em sete projetos arquivísticos de instituições nacionais e € 17.000 em um projeto supranacional para o I Seminário Internacional “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”, realizado em São Paulo. O projeto individual do AN destinava-se à organização dos documentos do Fundo Tribunal de Segurança Nacional – Séries Apelações e Processos-Crime, com vigência de oito meses. Organização e descrição em planilhas das informações de 43.012 fichas das referidas séries e posterior inserção em base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN e disponibilização na internet. Valor: R\$ 40.063,23 = € 16.800,00. Projeto iniciado em agosto de 2008. Concluído em 22 de abril de 2009.

20

---

**2009** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de € 8.500,00 paga pelo Arquivo Nacional, serão investidos € 59.000,00 em cinco projetos arquivísticos de instituições nacionais. Os projetos aprovados do AN são sobre o “Centro de Consulta Informatizado: núcleo dos acervos do regime militar. Projeto de digitalização e difusão do acervo do Arquivo Nacional: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores”, € 15.995, e “Centro de Consulta Informatizado: núcleo dos acervos do regime militar. Projeto de digitalização e difusão do acervo do Arquivo Nacional: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Saúde”, € 10.049.

**2010** – Ação 0619 – Contribuição ao fundo financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos – ADAI

A partir de uma contrapartida de € 8.500,00, a serem pagos pelo Arquivo Nacional, serão investidos € 47.500,00 em cinco projetos arquivísticos de instituições nacionais. Os projetos aprovados do AN são sobre o “Centro de Consulta Informatizado: núcleo dos acervos do regime militar. Projeto de digitalização e difusão do acervo do Arquivo Nacional: Divisão de censura e Diversões Públicas – Subsérie Telenovelas”, €

15.000,00, e “Registros Joaninos: resgatar para conhecer. Projeto de organização da coleção Negócios de Portugal”, € 16.955,00.

**4.2. Protocolo de colaboração firmado entre os governos do Brasil e de Portugal**, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995, renovado em 5 de setembro de 2001, com o objetivo de estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes. Em conformidade com o disposto no referido protocolo de colaboração, foi criada uma Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, configurada em duas seções, uma brasileira e uma portuguesa.

Para cumprir os objetivos desse protocolo de colaboração, foi ainda assinado e implementado o **Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem**, em que os dois países trocariam, por meio de rolos de microfimes, conjuntos de documentos de seu interesse.

Foram produzidos, a partir do fundo Brasil do Arquivo Histórico Ultramarino, 2.490 rolos indexados em 316 CDs e 57 catálogos publicados. Dos acervos brasileiros foram produzidos 612 rolos, a partir de documentos selecionados no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Histórico do Itamaraty e Instituto de Estudos Brasileiros.

**4.3.** Desde 2007, o Arquivo Nacional participa do **Projeto InterPARES** (*The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*), a maior iniciativa internacional sobre preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos, sob a direção da Universidade de British Columbia, em Vancouver, Canadá. A equipe brasileira, denominada TEAM Brasil, conta com a coordenação do Arquivo Nacional e a parceria do Ministério da Saúde, Universidade Estadual de Campinas e Câmara dos Deputados na realização de oito estudos de caso sobre preservação de documentos digitais e um estudo geral sobre terminologia arquivística. O AN tem enviado um representante a todas as reuniões semestrais de coordenação no exterior, sendo que, no segundo semestre de 2009, a reunião foi realizada na sede da instituição, que também organizou um seminário internacional do projeto.

4.4. *Mutual Cultural Heritage Program*, referente a países com herança cultural holandesa – O programa é capitaneado, na área de arquivos, pelo Arquivo Nacional da Holanda, compreendendo também a participação do Arquivo Nacional brasileiro e de seus congêneres da África do Sul, Estados Unidos (*New York State Archives*), Gana, Índia, Indonésia, Sri Lanka e Suriname. Participação em projetos de levantamento de fontes para a história comum dos países envolvidos e de criação de uma caixa apropriada para guarda de documentos em países de clima tropical.

4.5. Acordo de cooperação técnica celebrado com o *Archivio Centrale dello Stato* (Itália) para recenseamento de fontes de interesse para a história comum e intercâmbio técnico-científico.

4.6. Acordo de cooperação técnica celebrado com o Instituto dos Arquivos Nacionais do Líbano para recenseamento de fontes de interesse para a história comum e intercâmbio técnico-científico.

4.7. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participa de missões técnicas em Moçambique e no Timor-Leste, visando reunir informações sobre a situação arquivística desses países e participar de projetos de capacitação no âmbito de seus sistemas de gestão de arquivos.

4.8. Parceria com o Ministério da Cultura da Espanha para desenvolvimento do Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados já integrado ao *Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamerica* (<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>), associando informações de nossos acervos com os das demais instituições arquivísticas da Espanha, América Latina e Caribe de língua espanhola.

4.9. Participação de servidor do Arquivo Nacional como assessor técnico designado pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA para acompanhamento do projeto África Atlântica, promovido pelo Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal) e outros países africanos de língua portuguesa, e sobre uso de normas na descrição de arquivos de arquitetura, realizado pela Seção de Documentos Arquitetônicos do CIA.

4.10. Projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro (Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE e Casa Civil da Presidência da República) e a UNESCO, projeto 914BRA5000 para implementação do

programa de modernização do Arquivo Nacional. Pela revisão substantiva n. 8, firmada pela ministra de Estado Chefe da Casa Civil, pelo ministro Marco Farani, diretor da ABC/MRE, e pelo representante da UNESCO no Brasil Vicent Defourny, em 21 de junho de 2010, este projeto teve sua vigência prorrogada até 10 de outubro de 2012. Com a incorporação de rendimentos de aplicação financeira, tem um valor global para dispêndio, durante o período indicado, de R\$ 27.588.000,00, a serem aplicados em visitas técnicas, realização de eventos técnicos e programas de capacitação com vistas à criação de arquivos municipais, reciclagem de agentes públicos dos arquivos estaduais e realização de seminários e exposições de difusão de acervos.

#### 5. Programas e ações selecionados – execução física e financeira do PPA 2007/2010

AÇÕES	2007		2008		2009		2010	
	EXECUÇÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
PRESERVAÇÃO DO ACERVO	189.500	405.918,00	396.800	1.027.447,00	756.981	76.994,00	198.055	88.101,00
SISTEMA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	293.924	436.642,00	67.434	428.896,00	382.657	374.035,00	220.738	274.207,00
PROMOÇÃO DE EVENTOS	-	-	38	327.475,00	66	82.604,00	20	52.776,00
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO DOCUMENTAL	338	428.896,00	763	255.348,00	539	84.516,00	339	144.431,00

#### VI – Projetos suspensos ou a implementar

O Arquivo Nacional não tem nenhum projeto cuja implementação tenha sido suspensa por determinação de órgãos de controle ou do Poder Judiciário.

Entretanto, cabe destacar a existência de projetos de grande impacto a serem, futuramente, implementados:

## **1. Construção do Prédio Inteligente para gestão, guarda, preservação e acesso aos documentos digitais, representações digitais e convencionais do governo federal, em Brasília**

Implantar, em terreno de 18 mil metros quadrados, no Setor de Anexos Norte da Esplanada dos Ministérios, um prédio inteligente para guarda automatizada de documentos e registros digitais, e representações digitais produzidos e acumulados pela administração pública federal, bem como grandes massas documentais convencionais já recolhidas ou transferidas à Coordenação Regional do Arquivo Nacional – COREG em Brasília e os documentos sob a guarda dos diversos órgãos e entidades localizados no Distrito Federal e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A unidade do Arquivo Nacional em Brasília abrigará também a sede da COREG e será um arquivo de segurança II de registros digitais, representações digitais e microfilmes.

O principal objetivo é reduzir custos operacionais com a racionalização da guarda de documentos de valor intermediário e permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da administração pública federal.

Trata-se de um projeto pioneiro na América Latina para guarda e preservação de grandes massas documentais.





**2. Construção do Banco de Matrizes para guarda e preservação de matrizes de filmes coloridos e em preto e branco, além dos matrizes de microfilmes e negativos fotográficos, com climatização adequada e uso da mais moderna tecnologia de preservação e reformatação de materiais audiovisuais**

Os filmes coloridos, para garantia de sua longevidade sem perda das características pictóricas, têm de ser armazenados em câmaras frigoríficas com temperaturas de -3°C e umidade relativa do ar de 17%. Trata-se de projeto inovador no contexto latino-americano. O Arquivo Nacional tem sob sua guarda 120 mil rolos matrizes de filmes, além de 1 milhão de negativos fotográficos e milhares de rolos de microfilme.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2010

***Jaime Antunes da Silva***

Diretor-geral do Arquivo Nacional

## **ANEXOS**

### **RELATÓRIOS-SÍNTESE DE ATIVIDADES (2003-2009)**



## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2003

A criação do **Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal – SIGA**, pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, representa um marco para a implantação do programa de gestão de documentos no âmbito do Poder Executivo federal, facilitando a ação do Arquivo Nacional nesta área com a identificação dos responsáveis pelos órgãos setoriais do referido sistema.

Na ação **Preservação do Acervo Documental** de interesse público foram identificados, controlados e organizados cerca de trinta fundos/coleções de documentos escritos, entre outros: Coleção Sesmarias; dados da Movimentação de Portugueses no Brasil – 1808-1842; Casa dos Contos; SPMAF/Santos – microfilmagem de relações de entrada de estrangeiros de 1941-1984; Tribunal de Segurança Nacional – 1935-1945; Acervo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira etc. Foram identificados, organizados e controlados cinquenta fundos/coleções do acervo audiovisual, entre eles os filmes transferidos ao Arquivo Nacional quando do fechamento da Cinemateca do Museu de Arte Moderna. Iniciou-se o processo de organização e preservação do acervo iconográfico do jornal *Correio da Manhã*.

Na ação **Divulgação do Acervo Documental** foram publicados: o livro *Memórias do senhor Duguay-Troin* (coedição UNB e a IO do Estado de São Paulo); as três monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2001, *Metamorfoses indígenas*, *Na encruzilhada do Império* e *Cores, marcas e falas*; os livros *Os presidentes e a República* (segunda edição revista); *Acesso à informação e política de arquivos*; a versão brasileira da ISAD-G – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (segunda edição); dois números da revista *Acervo*, com dossiês temáticos sobre “Imagens em movimento” e “Religião”, e a *Revista do Estudante – a história através de documentos*. O Arquivo Nacional montou três exposições: *Estampas do Rio*, *Os presidentes e o planalto*, e *O filme brasileiro em cartaz: o olhar*

*da censura*, além de realizar a II Mostra Nacional de Filmes de Arquivo – RECINE, com o tema “A censura no cinema brasileiro”.

Na ação **Sistema de Atendimento ao Usuário** foram atendidos, na Sala de Consultas do Arquivo Nacional, 10.590 usuários, que requisitaram 24.937 documentos. O Atendimento a Distância foi procurado por 8.107 usuários, enquanto foram feitas 142.025 visitas ao sítio eletrônico do Arquivo Nacional, que dá acesso a informações sobre o acervo da instituição e os serviços que ela oferece, perfazendo um total de **175.069** consultas ao acervo do Arquivo Nacional em 2003.

Na ação **Implantação de Sistemas de Informações Arquivísticas** foi desenvolvida, entre outros sistemas, a base de dados Tabela do Judiciário e da Habilitação Civil, implantada a intranet do Arquivo Nacional e mantidas as bases de dados já existentes, como o Sistema de Certidões, o Cadastro de Consulentes e o Sistema de Requisição de Documentos à Sala de Consultas. Foram atualizados os dados das bases de dados Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA e Registro Geral de Entrada de Acervos Arquivísticos – REGENT, para sua progressiva migração ao novo Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, a ser lançado em 2004.

O **Reaparelhamento do Arquivo Nacional** continuou com o auxílio do projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a UNESCO (914BRA5000), com a complementação das obras de restauração do Conjunto Arquitetônico Tombado: sistema de prevenção de incêndios, segurança eletrônica, sistema de geração de emergência, mobiliário etc.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2004

**Jaime Antunes da Silva**

Diretor-geral do Arquivo Nacional



## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2004

Cabe destacar, pela relevância, alguns projetos e atividades dentre as ações do **Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**, do PPA, implementadas pelo Arquivo Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos.

No campo da política nacional de arquivos de grande importância foi a aprovação e divulgação da **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital** brasileiro, tendo por base a convocatória da UNESCO em sua Carta para a Preservação do Patrimônio Digital do Mundo. O Brasil foi o primeiro país a divulgar uma carta específica para documentos de arquivo. Além disso, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos foram discutidas propostas relevantes sobre matéria arquivística, transformadas em resoluções e projetos de textos legislativos e normativos.

29

---

A ação da Gestão de Documentos, de grande importância para a modernização dos serviços arquivísticos da administração pública federal, foi reforçada com a criação, pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, do **Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA**, que facilitou a ação do Arquivo Nacional, como órgão central do sistema, junto às unidades setoriais e seccionais do sistema nos diversos ministérios, criando, assim, canais de comunicação e dando mais eficácia à implementação das atividades de gestão documental nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Foi prestada assistência técnica para acompanhamento de programas de gestão de documentos em 58 órgãos e entidades da administração pública federal.

A ação de **Preservação do Acervo Documental** viabilizou um aumento da eficácia no controle das informações contidas nos acervos sob custódia do Arquivo Nacional, tanto em sua sede no Rio de Janeiro como em sua Coordenação Regional no Distrito Federal, possibilitando, ao usuário, acesso a uma gama maior de serviços, tanto pelo uso das bases de dados como dos resultados do adequado uso de tecnologia da

informação aplicada aos arquivos, com o uso de modernos equipamentos de microfilmagem e digitalização de imagens, resultante da afetiva implementação do programa de modernização institucional, que vem contando com amplo apoio da Casa Civil da Presidência da República.

A ação de **Divulgação do Acervo Documental e de Promoção de Eventos**, de grande importância no processo de divulgação de nosso acervo e da instituição – notadamente agora que contamos com o complexo arquitetônico da nova sede, entregue ao público em cerimônia realizada em setembro de 2004 –, cabe dar destaque a três atividades. A primeira foi a realização, em setembro, do **III Festival de Cinema de Arquivo – RECINE**, dedicado ao tema “Revoluções e contrarrevoluções da segunda metade do século XX”, composto de mostra internacional de filmes, da realização de um concorrido seminário, com palestrantes nacionais e estrangeiros, e de uma exposição sobre o tema do evento com nosso acervo fotográfico. A segunda, a exposição **Palavra de homem**, realizada no Memorial JK, em Brasília, com o acervo privado de Juscelino Kubistschek de Oliveira, organizado com a assistência técnica da Coordenação Regional do Arquivo Nacional, em Brasília. A terceira, empreendida em parceria com o IPEAFRO e a PUC-RJ, é a exposição **Abdias do Nascimento 90 anos – Memória viva**, inaugurada em 15 de novembro, na semana das comemorações da resistência negra, que reúne acervos documentais, pinturas e esculturas de grande significação para estudo da influência negra e dos movimentos sociais de resistência na cultura brasileira.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2005

**Jaime Antunes da Silva**

Diretor-geral do Arquivo Nacional



## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2005

Cabe destacar, pela relevância, alguns projetos e atividades dentre as ações do **Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**, do PPA, implementados pelo Arquivo Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos.

No campo da política nacional de arquivos merece destaque o lançamento do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, publicado após consulta pública, o qual representa um instrumento técnico relevante para o fazer arquivístico, associando os termos em língua portuguesa com os termos em alemão, espanhol, francês, inglês e italiano, o que viabiliza a correta compreensão da literatura técnica internacional. Para o tratamento dos documentos históricos foi disponibilizada, para consulta pública, a Norma Brasileira de Descrição arquivística – NOBRADE, em consonância com a norma internacional ISAD(G), do Conselho Internacional de Arquivos e UNESCO, instrumento normalizador estratégico para implantação no país de uma rede brasileira de informação arquivística integrada às redes internacionais. Também relevante foi a conclusão da primeira fase do desenvolvimento do Modelo de Requisitos Funcionais do Brasil (REQBRAS), norma fundamental para a gestão de documentos eletrônicos e para o e-GOV, com vistas a sua preservação e acesso.

Um marco na história documental brasileira contemporânea foi a entrada, no Arquivo Nacional, em cumprimento ao disposto no decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005, dos fundos documentais dos extintos **Serviço Nacional de Informações – SNI**, com aproximadamente 220 mil microfichas (de consulta e de preservação), 330 rolos de microfilmes, 14 dispositivos, 60 caixas-arquivo e pastas suspensas, e 81,29 metros lineares de documentos textuais, referentes ao período de 1964 a 1990; **Comissão Geral de Investigações – CGI** (948 caixas-arquivo), perfazendo um total de 263,64 metros lineares, relativos ao período de 1968 a 1979; e **Conselho de Segurança Nacional – CSN** (288 caixas-arquivo, 22 caixotes de papelão e pastas suspensas),

perfazendo um total de 89,79 metros lineares, relativos ao período de 1964 a 1980, até então custodiados pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Com o objetivo de divulgar o acervo e as ações institucionais, notadamente agora que contamos para estas atividades com um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos neoclássicos da cidade do Rio de Janeiro, nossa nova sede, foram realizados eventos, dentre os quais destacamos:

- O **IV Festival de Cinema de Arquivo – RECINE**, patrocinado pela Petrobras, dedicado ao tema “Televisão: uma história para ver de perto”, contou, entre suas atividades, com uma oficina de vídeo para estímulo a jovens estudantes de cinema, que produziram dez curtas a partir do acervo da extinta TV Tupi; a exposição **TV P&B – Flashes da televisão brasileira**, concebida a partir do rico acervo fotográfico da instituição, além de um ciclo de palestras e do lançamento da **Revista RECINE**.
- A exposição **O mundo luso-brasileiro**, idealizada e produzida com os registros originais dos séculos XV ao XIX, sob a guarda do Arquivo Nacional, representa a primeira atividade do programa das comemorações do bicentenário da chegada de d. João ao Rio de Janeiro, a ser comemorado em 2008. Essa exposição foi acompanhada da **Mostra de filmes e debates no Arquivo Nacional: O mundo luso-brasileiro**, na qual foram exibidos filmes nacionais relativos ao tema, acompanhados de debates com professores universitários, roteiristas, produtores e figurinistas, além do diretor do filme *Raízes do Brasil*, Nelson Pereira dos Santos.
- O livro de arte e a edição do sítio **Retratos Modernos**, com 120 fotos produzidas por 52 fotógrafos e estúdios, nacionais e estrangeiros, que atuaram no país na segunda metade do século XIX ([www.arquivonacional.gov.br/retratosmodernos](http://www.arquivonacional.gov.br/retratosmodernos)). Este projeto foi patrocinado pela Petrobras, por meio da Lei Rouanet. O lançamento ocorreu na sede do Arquivo Nacional e contou com a apresentação do sítio e mesa-redonda com os autores do livro e especialistas em história da fotografia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2006

**Jaime Antunes da Silva**

Diretor-geral do Arquivo Nacional

Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ





## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2006

Cabe destacar, pela relevância, alguns projetos e atividades dentre as ações do **Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**, do PPA, implementados pelo Arquivo Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos.

No campo da política nacional de arquivos merece destaque a aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, de duas normas de fundamental importância para o tratamento da informação arquivística e para a gestão, preservação e acesso dos documentos digitais do governo brasileiro. Em julho deste ano foi aprovada a **Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE**, que, ao criar um padrão para descrição de acervos arquivísticos históricos, viabiliza o intercâmbio de dados e informações via *web*. Em dezembro é aprovada a norma **e-ARQ Brasil – Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos** que tem por objetivo orientar a implantação da gestão arquivística de documentos e fornecer especificações técnicas e funcionais, além de metadados, para orientar a aquisição e/ou a especificação e desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gestão arquivística de documentos. Vale ainda destacar, no campo da preservação dos registros digitais, a concessão do Prêmio Rodrigo Melo Franco do IPHAN, na categoria Preservação de Bens Móveis e Imóveis, para a **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**, elaborada pelo CONARQ. A carta foi reconhecida pela UNESCO por ter sido o Brasil o primeiro país a produzir documento nacional inspirado na resolução, de 2003, dessa entidade para a preservação do patrimônio digital mundial.

Na implementação de ações do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA da administração pública federal, criado pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, com vistas à modernização dos serviços arquivísticos governamentais correntes, destacamos a realização, em Brasília, de 11 a 14 de setembro deste ano, do seminário “A gestão de documentos arquivísticos na administração pública federal”,

com a participação de cerca de setecentos agentes públicos, e também do *workshop* com as instituições federais de ensino, de 26 a 29 de setembro, com a participação de 31 instituições de ensino superior, com o objetivo de criar códigos de classificação e tabelas de temporalidades unificadas para o setor, agilizando, assim, o acesso e difusão de informações.

Para o Programa de Modernização do Arquivo Nacional – Fase II foi de grande importância a ampliação de seu quadro de servidores, por meio de concurso público, com a nomeação de 102 profissionais de nível superior e 80 técnicos de nível intermediário, que darão à instituição as condições necessárias à realização de seus diversos projetos com vistas a maior eficácia no atendimento das demandas do Estado e dos cidadãos.

Com o objetivo de divulgar o acervo e as ações institucionais foram realizados projetos e eventos, dentre os quais destacamos:

- O **v Festival de Cinema de Arquivo – RECINE**, realizado de 11 a 15 de dezembro, patrocinado pela Petrobras, ECT e UNESCO, dedicado ao tema “**Vanguardas**”, que contou, entre as suas atividades, com a oficina de vídeo para estímulo a 15 jovens estudantes de cinema, que produziram curtas a partir do acervo do Arquivo Nacional; a exposição ***Vanguardas: surrealismo, dadaísmo, futurismo, cinema experimental e construtivismo***, além de um ciclo de palestras com especialistas nacionais e estrangeiros e da edição da ***Revista RECINE***, sobre o tema do festival.
- O Seminário “**O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira – viver em colônias: índios, negros, judeus e ciganos no Brasil**”, evento comemorativo dos duzentos anos da chegada da corte real portuguesa ao Brasil, que teve, entre outros objetivos, o de divulgar o sítio *web* “**O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**”, instrumento de difusão do acervo da instituição, que consta, dentre outras, com a seção *Sala de aula*, de grande repercussão entre os docentes de história por propiciar recursos didáticos usados em suas aulas em escolas de primeiro e segundo graus, além de universidades.
- O lançamento do **Edital do Concurso de Monografias – Prêmio Dom João VI de Pesquisas**, ação conjunta do Arquivo Nacional e do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, de Portugal, e das Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e de Coimbra, no bojo das ações dos duzentos anos da

chegada da corte real portuguesa ao Brasil, com o objetivo de estimular o uso de fontes sobre o período joanino custodiadas por arquivos brasileiros, portugueses e estrangeiros, difundindo-as por meio da publicação dos seis melhores trabalhos, a serem lançados em março de 2008 em evento comemorativo na cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2007

***Jaime Antunes da Silva***

Diretor-geral do Arquivo Nacional

Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ



## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2007

Dentre as ações desenvolvidas no campo da política nacional de arquivos em 2007, ressalta-se a aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, de projeto de lei encaminhado à Casa Civil da Presidência da República dando nova redação ao art. 1215 da lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, dispendo sobre a guarda e a destinação de autos judiciais findos e outros documentos, bem como estudo, proposta e comentários sobre o anteprojeto de lei sobre o acesso à informação de documentos públicos em fase de elaboração no âmbito da Casa Civil. Ainda em relação à elaboração de normas, merecem destaque o lançamento da *Norma brasileira de descrição arquivística – NOBRADE* e a realização de várias oficinas visando a sua divulgação em diversas regiões do país. Foram, igualmente realizadas oficinas sobre o e-ARQ-Brasil, norma aprovada em sua versão 1, que trata de um Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Em 2007, o CONARQ também deu continuidade às ações decorrentes do protocolo de colaboração firmado entre os governos do Brasil e de Portugal, em 1995, visando o intercâmbio de informações de interesse comum contidas em registros documentais. Nesse sentido, destaca-se o programa de concessão de cinquenta bolsas de estágio a alunos de História, patrocinadas integralmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, decorrente de convênio CONARQ/UERJ, para colaboração nos projetos de organização e descrição de acervos do Brasil Colônia e Império, aprovados pela Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – Coluso.

No âmbito da política internacional de arquivos foi realizado no Arquivo Nacional, de 6 a 31 de agosto de 2007, o curso “*SOIMA 2007 – Safeguarding Sound and Image Collections*”, em parceria com a *International Organization for Conservation of Cultural Heritage – ICCROM* e a Andrew Mellon Foundation, e com o apoio da Cinemateca Brasileira e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O curso, que contou com a participação de alunos de 16 países (Brasil, Argentina, Barbados, Chile, Filipinas, Geórgia, Holanda, Ilhas Virgens Britânicas,

Noruega, Senegal, Trinidad e Tobago, Vanuatu, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue), abordou aspectos referentes à utilização e seleção de coleções audiovisuais nos vários contextos, explorando o potencial do meio audiovisual para transmissão de conhecimento e das tradições culturais. Incluiu, também, conteúdos relativos às tecnologias digitais. Em parceria com a UNESCO, o Arquivo Nacional realizou, sob sua presidência, a VIII Reunião do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe – MOWLAC, do Programa Memória do Mundo – MOW, da UNESCO. Além do Brasil, participaram da reunião os oito membros efetivos do Comitê: Bahamas, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, México e Saint Lucia, além de representantes do Comitê Internacional de Registro do México e da Venezuela e do *bureau* do programa da UNESCO da região do Caribe e da sede em Paris. O evento teve por objetivo traçar estratégias para ampliar o número de nomeações dos países da região em nível regional e internacional. Quanto à atuação do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, este nominou dez conjuntos documentais do Brasil para o Registro Nacional, entre eles os “Autos da devassa: a Inconfidência de Minas Gerais”, do Arquivo Nacional. Com aprovação do Comitê do Brasil, o Comitê Regional – MOWLAC inscreve como Patrimônio Memória do Mundo da América Latina e do Caribe o fundo Nova Cap, sobre a construção de Brasília, do Arquivo Público do Distrito Federal, e o filme *Limite*, de Mário Peixoto, da Cinemateca Brasileira, com indicação também, como candidaturas brasileiras ao Registro Internacional, a serem encaminhadas pelos proponentes a Paris, em 2008.

Em função de sua relevância, alguns projetos e atividades incluídos nas ações do **Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**, do PPA, implementados pelo Arquivo Nacional, serão destacados a seguir.

Na ação Gestão e Administração do programa, a Coordenação-Geral de Administração – COAD realizou no exercício de 2007 atividades que contribuíram de forma significativa para o cumprimento da missão institucional. Para atender às demandas da instituição e à implantação do projeto **Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)**, modernizaram-se, por meio de pregões eletrônicos, as unidades de tecnologia da informação e os laboratórios de microfilmagem e digitalização de documentos. De forma suplementar, pela locação do espaço do Arquivo Nacional e pelo recebimento de doações de equipamentos apreendidos pela Receita Federal, conseguiu-se suprir com equipamentos e serviços diversas áreas técnicas e de manutenção, além de aprimorar

as condições operacionais e técnicas do miniauditório e do auditório principal da instituição.

Na ação Sistema de Atendimento ao Usuário, foram registrados 293.924 atendimentos, sendo 17.672 presenciais, com a inscrição de 4.012 pesquisadores, comprovando um aumento percentual previsto no PPA. Cabe ressaltar, em razão da entrada de diversos fundos documentais do governo federal, a partir de 2005, com registros informacionais sobre o período da ditadura militar no Brasil, a ampliação, a cada ano, do número de usuários em busca de informações históricas para produção de conhecimento e para defesa de direitos. Nesse sentido, em 2007 foram realizados 2.121 atendimentos, assim distribuídos: 966 para pessoas físicas, 712 requerimentos e 7 pesquisas temáticas para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; 61 requerimentos da Comissão Especial – Mortos e Desaparecidos; 4 para órgãos públicos, 4 para empresas privadas; 18 para pesquisadores acadêmicos; 13 para jornalistas e 336 pedidos de cópias de documentos, constituindo 68.170 páginas de textos fornecidas.

No campo da Gestão de Documentos do Arquivo Nacional, destaca-se a promoção do Seminário Internacional de Especialistas em Gestão e Preservação de Documentos Digitais, de 7 a 9 de agosto de 2007. O evento teve como objetivo debater os temas da gestão arquivística e da preservação digital a fim de disseminar e compartilhar o conhecimento que vem sendo produzido na área de arquivologia. Nele, especialistas nacionais e internacionais convidados proferiram palestras para um público de aproximadamente 170 profissionais e estudantes das áreas de arquivologia e tecnologia da informação. Na ocasião foi lançado o *TEAM* Brasil do Projeto InterPARES 3 (projeto de pesquisa internacional sobre preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos, formado por 12 equipes de diferentes países). Sob a coordenação do Arquivo Nacional, o *TEAM* Brasil irá desenvolver, inicialmente, estudos de caso com os arquivos das instituições parceiras: Ministério da Saúde, Câmara dos Deputados e Universidade Estadual de Campinas.

No campo da divulgação do acervo e das ações institucionais, salienta-se a publicação dos trabalhos vencedores do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2005: *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, de Maria Fernanda Vieira Martins (1º lugar); *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio grande e do Rio Pardo (1760-1810)*, de Tiago Luís Gil (2º lugar); *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas*

*Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*, de Marcos Ferreira de Andrade (3º Lugar). Merece destaque, ainda, a publicação da revista *Acervo*, v.20, n.1/2, *Normas e terminologia em arquivos*; da revista *RECINE* n. 4, de 2007, *A imprensa no cinema*; e das publicações técnicas digitais *Tabeliões do Rio de Janeiro do 1º ao 4º ofícios de notas (1565-1822)*, de Deoclécio Leite de Macedo, e *e-ARQ Brasil (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos)*, bem como a promoção da exposição **Rio 1908: a cidade de portos abertos**, integrada às comemorações dos duzentos anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil. A exposição apresenta imagens do Rio de Janeiro selecionadas a partir do acervo de fotografias, obras raras, documentos manuscritos, desenhos e plantas originais do acervo do Arquivo Nacional, distribuídas em três módulos: o Rio de Janeiro de d. João, a Avenida Central e a Exposição Nacional de 1908. O ano de 2007 marcou ainda uma década da linha de pesquisa *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*, na qual são desenvolvidos diversos produtos, como exposições, publicações, seminários, apresentação de trabalhos, atendimento ao público externo, apoio a outras áreas da Instituição, fomento a matérias jornalísticas sobre temas afins, além da própria difusão dos produtos por meio de mídia impressa e televisiva. Entre os produtos desta linha de pesquisa, o sítio disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br> recebeu 38.361 visitantes únicos, totalizando 43.129 visitas e 190.637 páginas acessadas. As seções mais visitadas foram, em ordem de número de acessos, as que se referem aos temas abertura dos portos, carta sobre a chegada do príncipe, a nova ordem na cidade, tráfico de escravos, Caiena – mapa do comércio, mapas de importação e exportação. Dentre as ações de difusão institucional, ressalta-se, ainda, a realização do **vi Festival Internacional de Cinema de Arquivo – RECINE**, patrocinado pela Petrobras, ECT e UNESCO, evento anual já consolidado no calendário especializado da área. O RECINE 2007, realizado de 10 a 14 de setembro, foi dedicado ao tema “A imprensa no cinema”, contando, entre as suas atividades, com uma exposição sobre o jornal *Correio da Manhã* – do qual o Arquivo Nacional é detentor do arquivo fotográfico – e uma oficina de vídeo para estímulo à formação de jovens estudantes de audiovisual, que reuniu 15 participantes, os quais produziram curtas com base no acervo institucional. Na ocasião foi promovido também um ciclo de palestras com especialistas nacionais e estrangeiros e o lançamento da revista *RECINE*.

Em março de 2007 foi lançado o portal institucional que substituiu o antigo sítio *web* do Arquivo Nacional. Entre as vantagens do portal ressaltamos a criação das seções *Consultas ao acervo*, que oferece acesso integrado às bases de dados e sítios institucionais do Arquivo Nacional, como o SIAN – Sistema de Informações do Arquivo

Nacional; *Serviços aos usuários*, com informações sobre o acesso presencial e a distância à documentação disponível na sede no Rio de Janeiro e na Coordenação Regional em Brasília; *Publicações*, que apresenta o catálogo das publicações institucionais além de suas publicações digitais; *Pós-graduação em Arquivos*, que reúne informações sobre o curso de especialização *lato sensu* oferecido, conjuntamente, pelo Arquivo Nacional e a Universidade Federal Fluminense – UFF. Integra também o portal um serviço de *Ouvidoria*, que desde sua criação recebeu mais de setecentos acessos, entre dúvidas, sugestões e críticas de usuários.

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar o **Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)**, em fase de institucionalização, no Arquivo Nacional, pela ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que tem por objetivo geral tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias serão gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. Este Centro integra a Casa Civil da Presidência da República ao esforço nacional para a implementação e consolidação de políticas públicas voltadas para a gestão, organização, preservação e divulgação do patrimônio documental do país, valorizando a memória como um direito humano fundamental.

Ao longo de 2007, diversas ações foram empreendidas para a implementação do Centro, visando à organização, controle e descrição de fundos e coleções documentais com registros e informações de interesse para a temática do centro, tais como Divisão e Serviço de Censura de Diversões Públicas, Serviço Nacional de Informações – **SNI**, Conselho de Segurança Nacional – **CSN**, Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores – **CIEX**, Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – **DSI/MRE**, Conselho Nacional de Energia Nuclear – **CNEN**, Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – **DSI/MJ**, Informante do Regime Militar, Divisão de Inteligência da Polícia Federal. Nesse sentido, também tem sido digitalizada parcela substantiva do acervo com os recursos tecnológicos já disponíveis, os quais serão ampliados, consideravelmente, em 2008, graças às aquisições de equipamentos que acabaram de ser efetuadas. Com o processo de transferência de suporte de fundos e coleções sob a guarda do Arquivo Nacional, tanto no Rio de Janeiro quanto na Coordenação Regional no Distrito



Federal, será possível o acesso *on-line* dos acervos sobre o período da ditadura no Brasil que não possuam impedimentos legais de classificação.

Ainda com relação ao projeto Memórias Reveladas, em 2007 procedeu-se à estruturação do seu sítio *web*. Coordenado pela Direção-Geral do Arquivo Nacional, tem por objetivo, entre outros, divulgar as atividades do Centro, reunir as bases de dados e sítios de interesse para a temática, e fornecer informações padronizadas sobre acervos custodiados pelas instituições que o integram. Para o seu desenvolvimento foram realizadas atividades como: estudos cromáticos visando o projeto de identidade visual, definição de *layout*, criação de seções e sub-seções, pesquisa e seleção de imagens para o mosaico que integra a página de abertura, bem como a edição dos textos. Com vistas à criação do Centro de Referência foi criada também a sua logomarca, a cargo de uma das agências de comunicação institucional que atende à Caixa Econômica Federal, uma das parceiras do projeto de mecenato em desenvolvimento pela Lei Rouanet. Este tem por objetivo apoiar ações de organização e preservação de acervos, com vistas a subsidiar o centro com dados e informações contidos em documentos custodiados por pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, do país, integrantes da rede de cooperação e de informações arquivísticas em fase de constituição.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2008

***Jaime Antunes da Silva***

Diretor-geral do Arquivo Nacional

Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ



## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2008

Como ações não orçamentárias, cabe destaque às voltadas para a implementação da Política Nacional de Arquivos e pela Gestão de Documentos Federais, a seguir indicadas:

No **Campo da Política Nacional de Arquivos** merece destaque a aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, das resoluções n. 26, de 6 de maio de 2008 que estabelece diretrizes básicas a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário, e n. 27, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de criar e manter arquivos públicos e prover a gestão de documentos. A resolução n. 26, de 2008, resultou na assinatura do termo de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, com o objetivo de desenvolver ações integradas com foco na implantação de uma política pública nacional de gestão documental e memória do Poder Judiciário. A resolução n. 27, de 2008, pelo universo de sua aplicabilidade, evidenciou a necessidade do desenvolvimento de uma pesquisa para conhecer a realidade dos 27 arquivos públicos estaduais e dos 5.564 municipais, com vistas a orientar adequadamente as ações do CONARQ relativamente à organização e preservação do patrimônio arquivístico do país. Aprovou-se, também, o documento Orientações para contratação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD, a formação de um grupo de trabalho para estudar os serviços de terceiros e os estudos preliminares sobre padrões de digitalização de documentos gráficos, fotográficos e negativos fotográficos com qualidade arquivística.

No **Campo da Política Internacional de Arquivos** foi promovido pelo Arquivo Nacional, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores – CUT, com apoio da Associação Latino-Americana de Arquivos do Conselho Internacional de Arquivos – ALA/CIA, do Programa de Apoio aos Arquivos Ibero-Americanos – Programa ADAI e da UNESCO, o Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, realizado em São Paulo, de 9 a 11 de setembro. Também neste ano o Arquivo

Nacional passou a ser membro da Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF, garantindo assento nesta entidade que promove a troca de informações sobre experiências técnico-científicas na área de preservação, catalogação, documentação e difusão das imagens em movimento.

No **Campo da Gestão de Documentos Federais** o Arquivo Nacional implementa e acompanha a política nacional de arquivos por meio da programação e da supervisão da gestão de documentos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Assim, o Arquivo Nacional promoveu o II Seminário de Gestão de Documentos na Administração Pública Federal, no âmbito do II Encontro Técnico dos Integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, em Brasília, de 3 a 5 de junho de 2008, com a participação de 406.

Ainda no âmbito do SIGA foram realizadas as seguintes atividades:

a) III, IV e V Reuniões Técnicas com as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, no Rio de Janeiro, respectivamente nos períodos de 1º a 4 de abril, de 4 a 8 de agosto e de 1º a 5 de dezembro de 2008, visando a elaboração do “Código de classificação” e da “Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo”, relativos às atividades finalísticas das Ifes. Participaram, em média, 36 técnicos por reunião, representando 10 IFES, o Arquivo Nacional, o Ministério da Educação – MEC e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

b) O Cadastro Nacional dos Integrantes do SIGA, visando identificar e quantificar todos os servidores que atuam na área de gestão de documentos nos ministérios, órgãos equivalentes e respectivos órgãos setoriais e seccionais, para agilizar ações de treinamento, reciclagem e orientações técnicas.

c) O desenvolvimento de estudos e elaboração de procedimentos na área de gestão e preservação de documentos digitais, participação em grupos de trabalho – GT: Padrão de Metadados do Governo Eletrônico (GT4)/e-PING Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico, GT para definição de um padrão de identificador persistente para o Governo Eletrônico, GT no Arquivo Nacional para estudo de diretrizes para digitalização de documentos, participação no Projeto Internacional de Preservação de Documentos Digitais Autênticos – InterPARES 3, cuja pesquisa é formada por 12 equipes (TEAM) de diferentes países, sendo o TEAM Brasil coordenado pelo Arquivo

Nacional que conta com a participação de parceiros de teste (Ministério da Saúde, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e a Câmara dos Deputados).

d) A Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA, atividade que visa oferecer o levantamento sistematizado de informações padronizadas, na base de dados MAPA, sobre a evolução administrativa e histórica dos órgãos e entidades da administração pública brasileira desde a colônia até os dias atuais. Atendendo este objetivo foram desenvolvidos projetos de pesquisa abrangendo os períodos de 1750-1808 e de 1822-1840, produção do artigo “Estado e agricultura no período colonial (1530-1808)” e proposta de sítio para divulgação do projeto MAPA.

Dentre as relações de cooperação técnica mantidas pelo Arquivo Nacional, destaca-se o Censo-Guia de Arquivos, que visa reunir informações quantitativas e qualitativas sobre a situação das instituições arquivísticas e seus acervos. Os resultados do censo vêm permitindo a formulação de políticas de organização, preservação, avaliação, acesso e capacitação de profissionais, além de sugerir investimentos operacionais mínimos que viabilizem a implementação dessas políticas. Esta atividade é realizada em razão do acordo de cooperação científica firmado entre o Arquivo Nacional e o Ministério da Cultura da Espanha.

44

---

Cabe destacar, pela relevância, alguns projetos e atividades dentre as ações do **Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**, do PPA, implementados pelo Arquivo Nacional, a seguir indicados:

Na **Ação Gestão e Administração do Programa**, a Coordenação-Geral de Administração – COAD realizou no exercício de 2008 atividades que contribuíram de forma significativa para o cumprimento da missão institucional. Para atender às demandas da instituição e à implantação do projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), modernizaram-se, por meio de pregões eletrônicos, as unidades de tecnologia da informação e os laboratórios de microfilmagem e digitalização de documentos.

Objetivando garantir a preservação do acervo, com a implantação do sistema de detecção de incêndio, ampliar e adequar as áreas de estocagem de documentos, com a execução de novas instalações hidrossanitárias, elétrica, de ar-condicionado (adequação aos novos ambientes) foram realizadas, no decurso de 2008, obras de compartimentação dos depósitos localizados no bloco F, de acordo com planejamento

da Equipe de Engenharia e com financiamento viabilizado pelo acordo técnico de cooperação internacional com o governo brasileiro, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, do Ministério das Relações Exteriores, a Casa Civil, da Presidência da República e a UNESCO, dando continuidade ao projeto de modernização do Arquivo Nacional.

Na **Ação Sistema de Atendimento ao Usuário do Arquivo Nacional** foram registrados 36.411 atendimentos, sendo 19.340 presenciais, com a inscrição de 3.990 pesquisadores. Cabe destacar, em razão da entrada de diversos fundos documentais do governo federal, a partir de 2005, com registros informacionais sobre o período da ditadura militar no Brasil, a ampliação, a cada ano, do número de usuários em busca de informações históricas para produção de conhecimento e para defesa de direitos. Cabe registrar que em 2008 foram realizados 2.008 atendimentos sobre os acervos dos órgãos dos governos militares na Coordenação Regional do Distrito Federal, assim distribuídos: 1.133 para pessoas físicas, 820 para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; 7 para pesquisadores acadêmicos do Brasil e do exterior; 9 para jornalistas; 39 para pessoas jurídicas e órgãos públicos, e 84.422 cópias autenticadas de páginas de textos fornecidas.

Na **Ação Preservação do Acervo Nacional**, além das obras visando ao estabelecimento de condições adequadas de segurança ambiental e patrimonial do acervo, foram desenvolvidos projetos de informatização dos acervos relativos à entrada de estrangeiros no Brasil, com o apoio do BNDES, e lançada, no portal institucional, a base de dados Movimentação de Portugueses no Brasil, com informações sobre a entrada, saída e movimentação interna no período de 1808 a 1842.

Na **Ação Promoção de Eventos** cabe destaque à publicação dos três vencedores do Prêmio Dom João VI de Pesquisa, além da revista *Acervo* v. 21, n. 1, “A corte no Brasil: 200 anos”, da Revista RECINE 2008, n. 5, “Futebol, cinema e paixão”, e as publicações técnicas “ISDF – Norma Internacional para Descrição de Funções”; em formato digital, o Inventário da Coleção Informante do Regime Militar; a promoção do seminário e da exposição *O Império nos Trópicos*, integrados às comemorações dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil. Além disso, a linha de pesquisa O Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira desenvolveu 12 temas de pesquisa, 410 ementas de documentos manuscritos e diversos produtos, como exposições, publicações, seminários, apresentação de trabalhos, atendimento ao público externo, apoio a outras áreas da instituição, fomento a matérias jornalísticas sobre temas afins, além da própria difusão dos produtos por meio de mídia impressa e televisiva. O sítio

eletrônico disponível na *web* recebeu 103.866 visitas; a realização do VII Festival Internacional de Cinema de Arquivo – RECINE, de 13 de outubro a 17 de outubro, evento anual já consolidado no calendário especializado da área, patrocinado pela Petrobras, ECT e UNESCO, dedicado ao tema “Bola na tela: futebol, magia e paixão”.

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar o **Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)**, em fase de institucionalização no Arquivo Nacional pela ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que tem por objetivo geral tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias serão gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. Este Centro integra a Casa Civil da Presidência da República ao esforço nacional para a implementação e consolidação de políticas públicas voltadas para a gestão, organização, preservação e divulgação do patrimônio documental do país, valorizando a memória como um direito humano fundamental. Deu-se início, com patrocínio na modalidade de mecenato da Lei Rouanet, a um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse para a temática do Centro sob a guarda de diversos arquivos públicos estaduais e entidades privadas.

46

---

Com intuito de buscar a inter-relação de informações dos acervos de interesse para o estudo do regime militar no Brasil foi desenvolvido o sistema informatizado do Banco de Dados Memórias Reveladas, tendo por base a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, em perfeita sintonia com os padrões internacionais, que viabilizou a criação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Centro, com a adesão e assinatura de termos de parceria com 21 instituições e entidades, e treinamento de seus técnicos para a alimentação *on-line* de dados e informações dos acervos que custodiam. O desenvolvimento desta atividade representa o início, em um país de dimensões continentais, da integração via *web*, de conjuntos documentais dispersos e sem mecanismos de comunicação entre si, dando função social a esses arquivos a serviço do Estado e da cidadania.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 2009

***Maria Izabel de Oliveira***

Diretora-geral substituta do Arquivo Nacional



## RELATÓRIO-SÍNTESE DE ATIVIDADES 2009

Como ações não orçamentárias cabe destaque às voltadas para a implementação das Políticas nacional e internacional de arquivos e da gestão de documentos federais, a seguir indicadas:

No **Campo da Política Nacional de Arquivos** merece destaque a aprovação pelo Plenário do CONARQ, entre outras, de resoluções para a implantação de políticas de gestão de documentos do Poder Judiciário, em nível federal, estadual e do Distrito Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, preenchendo, assim, uma lacuna fundamental para a consolidação de boas práticas de administração de arquivos neste segmento. Igualmente, o CONARQ aprovou o capítulo “Metadados” do modelo de requisitos funcionais para consecução de sistemas informatizados de gestão de documentos arquivísticos digitais, o e-ARQ Brasil, a ser encaminhado para a Secretaria Executiva do e-GOV Brasil, com vistas a sua aplicação no âmbito do poder público, bem como as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

No **Campo da Política Internacional de Arquivos**, o Arquivo Nacional, que presidiu o Comitê do Programa Memória do Mundo – MOW para a América Latina e o Caribe, foi responsável pela normalização dos procedimentos para postulações de acervos ao Registro Regional do Programa MOW, da UNESCO, ampliando a presença de nosso país nesta instância. Deu-se continuidade ao protocolo de cooperação entre Brasil e Portugal, para a área dos arquivos, tendo sido aprovada, entre outras ações, o desenvolvimento de projetos para o mapeamento de acervos sobre imigração. Nesta mesma linha foram firmados acordos de cooperação com o Arquivo Nacional da Holanda e com o Arquivo de Estado Italiano. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de missões técnicas em Moçambique/Maputo e no Timor-Leste/Dili,

visando reunir informações sobre a situação arquivística desses países, para a elaboração de projetos a serem desenvolvidos tendo em vista os acordos de cooperação firmados. Cabe destaque, ainda, à parceria com o Ministério da Cultura da Espanha para o desenvolvimento do Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados já integrado ao *Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamerica* (<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>), associando informações de nossos acervos com os das demais instituições arquivísticas da Espanha, América Latina e Caribe de língua espanhola.

No **Campo da Gestão de Documentos Federais**, o Arquivo Nacional tem a incumbência de implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, por meio da programação e da supervisão da gestão de documentos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Em 2009 foram empreendidas, no âmbito do SIGA, as seguintes atividades:

a) VI Reunião Técnica com as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, em João Pessoa (PB), visando à elaboração do “Código de classificação” e da “Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo”, relativos às atividades finalísticas das IFES, o que possibilitará que em breve os documentos das IFES de todo o país sejam classificados e temporalizados no momento da produção.

b) O desenvolvimento de estudos e elaboração de procedimentos na área de gestão e preservação de documentos digitais, treinamento de servidores públicos em gestão e preservação de documentos digitais, participação em grupos de trabalho: Padrão de Metadados do Governo Eletrônico (GT4)/e-PING – Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico, participação no Projeto Internacional de Preservação de Documentos Digitais Autênticos – InterPARES 3, formado por 14 equipes (TEAM) de diferentes países, sendo o TEAM Brasil coordenado pelo Arquivo Nacional, com a participação de parceiros de teste (Ministério da Saúde, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Câmara dos Deputados).

c) No âmbito do projeto Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), atividade cujo objetivo é o levantamento de informações padronizadas sobre a organização administrativa central e federal brasileira, nos períodos colonial, monárquico e republicano, foram desenvolvidas as seguintes atividades de pesquisa: “Fiscais e meirinhos na base MAPA: a administração no Brasil colonial (1501-1750)”, “A estrutura



administrativa e a consolidação do Estado nacional (1840-1860)” e “Genealogia dos ministérios brasileiros (1990-2009)”.

Cabe destacar, pela relevância, alguns projetos e atividades dentre as ações do **Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**, do PPA, a seguir indicados:

Na **Ação Gestão e Administração** do programa foi possível modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação, com aumento da capacidade operacional dos servidores de rede e a ampliação do laboratório de digitalização de documentos, para atender às demandas da instituição e à implantação do **Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)**. Para a preservação do acervo, implantou-se o Sistema de Detecção de Incêndio, ampliou-se a segurança das áreas de depósitos de documentos, com a execução de novas instalações hidrossanitárias, elétricas, de ar-condicionado (adequação aos novos ambientes), e deu-se continuidade às obras de compartimentação dos depósitos localizados no bloco F (principal edifício de guarda de acervos históricos). Além disso, deu-se solução definitiva ao problema de infiltração nos 3.700 m<sup>2</sup> de telhado do Conjunto Arquitetônico Tombado, com a aplicação de impermeabilizante e a colação de isolante térmico sob as telhas. Procedeu-se, também, à reforma e à pintura das fachadas dos blocos A, B, C e P do referido Conjunto Arquitetônico, tombado pelo IPHAN em 1938, que recebeu o novo sistema de iluminação cênica patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A.

Na **Ação Sistema de Atendimento ao Usuário** do Arquivo Nacional foram realizados 33.697 atendimentos, sendo 20.001 presenciais e 16.696 a distância, movimentando 46.191 unidades de arquivamento. A unidade de atendimento presencial disponibilizou no sítio institucional o SYSPORTAL, facilitando o acesso de usuários a documentos bibliográficos. Cabe registrar que em 2009 foram realizados 1.352 atendimentos sobre os acervos dos órgãos dos governos militares na Coordenação Regional do Distrito Federal, assim distribuídos: 1.121 para pessoas físicas, 239 para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 18 para pesquisadores acadêmicos do Brasil e do exterior, 14 para jornalistas, 45 para pessoas jurídicas e órgãos públicos, e 36.264 cópias autenticadas de páginas de textos fornecidas.

Na **Ação Preservação do Acervo Nacional**, além das atividades de organização, processamento da informação e reformatação dos acervos relativos ao **Memórias**

**Reveladas**, foram desenvolvidos projetos de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão. Em cooperação com o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI foram digitalizados os cinejornais da extinta Agência Nacional, que já podem ser acessados no portal [www.zappiens.br](http://www.zappiens.br). Também foram disponibilizados na internet o índice dos documentos judiciais provenientes de diversos órgãos do Poder Judiciário e as relações de vapores com imigrantes desembarcados no porto do Rio de Janeiro no período de 1875 a 1885, cujas representações digitais podem ser acessadas diretamente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, por meio do portal da instituição ([www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)). A fim de possibilitar aos cidadãos de todo o país acesso ao acervo da instituição, via SIAN, foi organizado o *pool* de digitação, que já preparou cerca de trinta instrumentos de pesquisa para serem associados às informações sobre os fundos arquivísticos.

Na **Ação Promoção de Eventos** cabe destaque à publicação das monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2007, *Juca Rosa: um pai de santo na Corte imperial*, de Gabriela Sampaio, e *Diversas formas de ser índio*, de Elisa Fruhauf; das revistas *Acervo* v. 21, n. 1, “Os arquivos da ditadura militar”, e v. 22, n. 1, “O Império nos trópicos”, da *Revista RECINE* 2009, n. 6, “Rádio e cinema em sintonia”; das publicações técnicas *ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico* e terceira edição revista e aumentada de *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*, de Maria Helena Ochi Flexor, e das atualizações, das versões integral e resumida, do livro *Os presidentes e a República*. Realizaram-se a exposição *França: uma festa brasileira*, acompanhada do respectivo catálogo, que integrou às comemorações do Ano da França no Brasil, e o Festival Internacional de Cinema de Arquivo – RECINE, dedicado ao tema “O cinema nas ondas do rádio”, acompanhado de oficina de cinema e de uma exposição. Com relação a seus sítios eletrônicos, *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira* recebeu 104.334 visitas, e *Exposições virtuais do Arquivo Nacional* recebeu 26.370 visitas. No sítio *Exposições Virtuais* foram inseridas as exposições *50 Anos de desenvolvimento nacional* (remontagem virtual de exposição realizada em 2002) e *Estado Novo* (exposição exclusivamente virtual).

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar o **Memórias Reveladas**, centro de referência criado em 13 de maio de 2009, pela portaria n. 204 da ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Na mesma oportunidade foi lançado o Edital de Chamamento Público de Acervos 001/2009, com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da doação e da

entrega de acervos referentes ao período do regime militar. O Centro tem por objetivo geral tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. A institucionalização do Centro de Referência completou-se em agosto de 2009 com a instalação do Conselho Consultivo e da Comissão de Altos Estudos do **Memórias Reveladas**, que aprovou o seu regimento e a criação do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, com o objetivo de estimular a produção de conhecimento sobre o período do regime militar no Brasil. Para atendimento gratuito ao cidadão que tenha informações sobre desaparecidos políticos, ou sobre acervos de interesse para o Centro de Referência, foi instalado o número gratuito 0800 701 2441. A campanha em busca de novos acervos, empreendida pela SECOM/PR foi muito bem sucedida, tendo ampliado o número de acessos ao Portal Memórias Reveladas ([www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br)).

As ações realizadas com patrocínio do BNDES, Banco do Brasil, CEF, Eletrobrás e Petrobras, na modalidade de mecenato da Lei Rouanet, beneficiaram um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse para a temática do Centro, sob a guarda de 14 instituições, sendo 12 arquivos públicos estaduais (ES, SP, PR, MA, RJ, RS, PE, AL, CE, SE, MG E RN), privilegiando os acervos referentes aos DOPS – Departamentos de Ordem Política e Social. Iniciadas em 2008, a maioria das ações foi concluída em 2009.

A criação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do centro **Memórias Reveladas**, com a adesão e assinatura de termos de parceria por 42 instituições e entidades, públicas e privadas, de todo o país, e o treinamento de seus técnicos, possibilitando a normatização dos sistemas de descrição de documentos e a alimentação *on-line* de informações dos acervos que custodiam no banco de dados do Centro representam o início, em um país de dimensões continentais, da integração via *web* de conjuntos documentais dispersos e sem mecanismos de comunicação entre si, dando função social a esses arquivos a serviço do Estado e da cidadania.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2010

***Maria Izabel de Oliveira***

Diretora-geral substituta do Arquivo Nacional